

## 152.ª SESSÃO, EM 25 DE AGOSTO DE 1961

433

ros o que sabemos dos jornais são resumos. Não conhecemos os termos exatos, mas temos a justa medida para aquela compreensão que se trata de um fato grave, e um fato grave deve ser apurado, não pode deixar de ser, sobretudo pelo Congresso Nacional, pois que esta é a nossa função, a de representar o povo, trazendo aqui todas as tendências político-partidárias, todos os pensamentos, para permitir, na verdade, uma síntese da opinião do povo. Com a responsabilidade dos nossos mandatos devemos apurar a verdade e também seria óbvio afirmar que quem se dispõe a apurar fatos deve fazê-lo de cabeça fria, deve manter o maior estado de isenção de ânimo para poder apurar a verdade, só a verdade e nada além da verdade.

Nestas condições, Senhor Presidente — e já a esta altura, seria desnecessário — venho trazer, de maneira clara e precisa, a palavra do partido cuja bancada tenho a honra de liderar, palavra de pleno apoio áquilo já anunciado pelo nobre Líder Nestor Duarte.

Quando solicitava que agissemos de cabeça fria, lembrei-me do pronunciamento há pouco feito nesta Casa, e que recebeu os aplausos gerais, pelo nobre Líder Raul Pilla, quando Sua Exceléncia demonstrou que não está em causa nenhum aspecto de ordem ideológica (*muito bem*); estamos diante de um fato, e de um fato de grande repercussão, cuja veracidade deve ser apurada para as devidas consequências. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. PEREIRA DA SILVA (Para encaminhar a votação) — Senhor Presidente, nobres e ilustres colegas, falo na qualidade de um dos remanescentes, aqui na Assembleia Nacional Constituinte de 1946 e com a autoridade de quem assistiu aos debates mais elevados e mais consistentes sobre o sistema de governo que deveríamos adotar, para levar esta Nação aos seus grandes destinos.

Nos 16 anos de mandato nesta Casa, quando fatos da mais alta

gravidade empolgaram as bancadas quando assuntos da maior importância dominaram os espíritos, tivemos sempre ocasião de manifestar o nosso pensamento, o nosso modo de ver. Não seria, portanto, nesta hora, a mais grave de todas já vividas nesta Casa do Congresso Nacional, que a minha voz enfraquecida (*Não apoiados*), de velho de 65 anos, não se apresentasse para trazer a minha solidariedade a esta proposição em que se convoca o Senhor Ministro da Justiça para dar à Câmara e à Nação um esclarecimento decisivo, concreto, sem fantasia e sem intenção de dobrar a verdade ou de mudar a face dos acontecimentos, diante das acusações gravíssimas que pesam sobre Sua Exceléncia, na qualidade de Secretário do Estado da Justiça, responsável direto pela política do atual Governo e pela manutenção de ordem pública nacional.

E preciso — e urgentíssimo — que o Senhor Ministro Pedroso d'Horta compareça a esta Casa do povo e nos diga e nos confesse, caso não decida pela negativa, se procede a denúncia feita à Nação, ontem à noite pelo Governador Carlos Lacerda, na Capital do Estado da Guanabara, através ponderosa rede de radiodifusão e TV, de que S. Exa. convidara os Chefe das Forças Armadas do País para a deflagração de um movimento revolucionário, visando a dissolução do Congresso Nacional e implantando um governo ditatorial.

A esta hora, todo o Brasil, desassossegado desde o início do governo do Senhor Jânio Quadros, está debaixo de forte nervosismo, na previsão de horas negras para o seu povo, que ouviu a denúncia e gravou os seus termos. Além disso, partiu a acusação de um homem investido da responsabilidade de chefe de um governo estadual.

A verdade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que estamos acompanhando a marcha deste Governo, iniciando constitucional-

mente a 31 de janeiro dêste ano para continuar a administração do País, para continuar a assegurar ao povo aquelas garantias fundamentais da Constituição. A verdade é que amamos a esta grande Pátria, pela qual morreremos, com ela defendendo as instituições democráticas contra um golpe traiçoeiro, visando a destruição do regime.

Realmente, Senhor Presidente, há um encadeamento de fatos que todos conhecemos, e ninguém nega, semelhantes àquela tarefa em que se emprenha o seringueiro dentro da floresta bruta. Vai ele com seu terçado, abrindo a estrada até chegar à árvore que deve ser "sangrada". Nós, que presenciamos os acontecimentos em desenvolvimento desde o início dêste Governo, declaramos que tais fatos realmente nos convencem de que o Governo, desde os seus primeiros dias, trabalha abrindo o varadouro que o levará a "sangrar" o sistema democrático neste País.

Por consequência, Senhor Presidente, a medida é justa. Como o Deputado Raul Pila disse muito bem, com seu alto saber de homem de cabelos brancos, a quem todos veneramos, e conforme se manifestou, com aquela veemência de democrata, o Senhor Deputado Gabriel Passos, devemos realmente inquirir, perquirir, sobre a verdade da denúncia do Governador Carlos Lacerda.

Mas há outro aspecto: não é sómente o Senhor Ministro da Justiça que deve ser ouvido. Não sei até que ponto nosso Regimento e a Constituição permitem sejam convocados governadores de Estado em casos gravíssimos como este, para virem também dar seu depoimento perante a Casa e a Nação. O fato é de gravidade tal, que a Nação precisa saber deles em sua inteireza. E, então, que aqueles que o denunciaram, que mostraram como se está conspirando para derrubar o regime, venham aqui, sejam interpelados por nós e declarem as fontes de onde recebe-

ram os informes gravíssimos, apresentem sua comprovação e déem nome aos bois que entendem de querer chifrar a integridade do regime.

Houve quem dissesse que se deve ter muito em dúvida a idoneidade do denunciante. Mas aqui não é questão de idoneidade. Devemos evitar o que aconteceu a César, que acabou sendo apunhalado por Brutus. A História nos conta que um pobre enfermo, um mendigo que costumava sentar-se às portas do Senado romano pôde, na sua sonolência, ouvir toda a conspiração que se tramava e para cuja execução Brutus fôra escolhido. Essa conspiração, culminava no assassinio de César. E quando este se aproximava, o mendigo procurou arrastar-se e dêle aproximar-se, para entregar-lhe um bilhete ou coisa parecida, em que denunciava a conspirata. Os soldados romanos afastaram-no. E César penetrou no Senado — para que, Senhor Presidente? Para ser apunhalado por Brutus. Isso porque não deu atenção aos apelos do mendigo, para que recebesse aquèle bilhete, aquela denúncia sobre a conspirata que lhe roubaria a vida.

Chamo a atenção dos nobres colegas e de Vossa Exceléncia, Senhor Presidente, para este caso. Não devemos duvidar do que possa acontecer amanhã, porque o denunciante foi o Senhor Carlos Lacerda, contra quem, bem o mal, justa ou injustamente, se fazem as mais graves acusações. Não! Que vengam aqui o Senhor Ministro da Justiça e o Governador Carlos Lacerda e declarem os dois à Nação o que há de verdade sobre tudo isso. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. PLÍNIO SALGADO (*Para encaminhar a votação*) \* — Sr. Presidente, cumprirei minha obrigação de Líder de bancada em palavras sucintas e breves, às quais quero dar um tom de objetividade prática.

\* Não foi revisto pelo orador.